



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO 033/2026

**CONTRATO DE FORNECIMENTO
DE BEBEDOURO, QUE FIRMAM O
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO
DO PLANALTO E A EMPRESA J.
MICHEL DOS SANTOS BUENO
LTDA.**

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa e executiva na Avenida Jorge Muller, 1.075, inscrita no CNPJ sob nº. 94.704.020/0001-97, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, **VILSON ALTMANN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Santo Antônio do Planalto, na Avenida Jorge Muller, Bairro Centro, Santo Antônio do Planalto/RS, portador do CPF nº 405.116.000-97, neste ato denominado CONTRATANTE e **J. MICHEL DOS SANTOS BUENO LTDA** empresa com sede em Carazinho/RS na Avenida Flores da Cunha, nº 4137, portador do CNPJ nº 63.313.297/0001-65, representado neste ato por **JORGE MICHEL DOS SANTOS BUENO** residente e domiciliado em Carazinho/RS portador do CPF nº 037.056.690-44. neste ato denominado CONTRATADO, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES:

1. A CONTRATADA se obriga, na forma do estabelecido no Edital de Licitação, modalidade Dispensa de Licitação nº 015/2026, bem como de acordo com a proposta apresentada, cujas condições integram o presente contrato para todos os fins e efeitos de direito, ao fornecimento de bebedouro destinado à Farmácia da Unidade Básica de Saúde de Santo Antônio do Planalto, conforme especificações constantes no Termo de Referência e solicitação da Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1. O CONTRATADO prestará ao CONTRANTE, bebedouro destinado à Farmácia da Unidade Básica de Saúde de Santo Antônio do Planalto, conforme especificações constantes no Termo de Referência e solicitação da Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social, conforme segue:

Item	Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor Total	Marca
1	BEBEDOURO INSTALAÇÃO SUSPensa/SOBRE BALCÃO; COM COMPRESSOR; COR: INOX; CAPACIDADE DE RE SERVATÓRIO: 3,0 LIT ROS/HORA; TENSÃO: 220V; CONSUMO DE ENERGIA: 5,5Kwh/MÊS; 8 ESTÁGIOS DE FILTRAGEM; VAZÃO MÁXIMA RE COMENDADA: 60 LITR O S/HORA; RETENÇÃO DE PARTÍCULAS:	1 UN	3.690,00	3.690,00	SUMMER LINE

“É Bom Viver Aqui”



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

APROVADA (CLASSE A); REDUÇÃO DE CLORO LIVRE; EFICIÊNCIA BACTERIOLÓGICA				
--	--	--	--	--

Total do fornecedor: 3.690,00

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 O CONTRATANTE pagará o CONTRATADO a importância de R\$ 3.690,00 (três mil seiscentos e noventa reais), até o décimo dia útil do mês subsequente a entrega do objeto, através de boleto ou transferência bancária em conta bancária no nome da contratada, mediante a apresentação de nota fiscal até o dia cinco do mês do pagamento, a qual deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato, nº do processo e número da conta e agência bancária.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE:

4.1. O presente CONTRATO, a contar da data de sua assinatura até a entrega total do objeto, podendo ser prorrogada por períodos iguais, podendo ser prorrogado de acordo com os Artigos 107 a 111 da Lei Federal 14.133/2021. Havendo prorrogação ou renovação do Contrato após o seu término, o valor da prestação do serviço será reajustado, tomando-se como índice oficial de atualização do governo federal.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GARANTIA:

5.1. A execução dos serviços de manutenção e/ou reparo do caminhão objeto deste contrato será realizada pela CONTRATADA, observando-se as normas técnicas aplicáveis, boas práticas mecânicas e as especificações previamente acordadas entre as partes, devendo:

a) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

b) Assegurar durante a execução do contrato, a proteção e conservação dos bens públicos e a urbanidade no tratamento com os usuários.

c) A contratada fica responsável por seus empregados, no caso de acidentes de trabalho.

5.2. A prestação dos serviços, objeto desta contratação direta, em sua totalidade, deverá apresentar garantia em sua execução completa, dentro do ramo de atividade do objeto e suas normas e legislação específica, e, deverá ser substituído de imediato no caso de constatado pela fiscalização do contrato, alguma irregularidade de execução do objeto.

5.3. Verificada alguma desconformidade com o objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

5.4. A responsabilidade pela fiscalização da execução do contrato será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através de Portaria designando o fiscal de contrato, conforme Art. 15 do Decreto Municipal 028/2023.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA:

6.1. A CONTRATADA compromete-se a realizar a entrega do bebedouro objeto deste contrato no endereço indicado pela CONTRATANTE, em perfeitas condições de uso e funcionamento, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados da assinatura deste instrumento ou da confirmação do pagamento, conforme acordado entre as partes.

“É Bom Viver Aqui”



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

6.2. A entrega compreenderá o transporte, a instalação básica do equipamento e a conferência de funcionamento no ato da entrega, ficando a CONTRATANTE responsável por disponibilizar infraestrutura adequada para instalação elétrica e hidráulica, quando necessária.

6.3. Caso a entrega não possa ser realizada por motivos atribuíveis à CONTRATANTE, poderá ser agendada nova data, podendo ser cobradas despesas adicionais de deslocamento e logística.

6.4. O recebimento do equipamento será formalizado mediante assinatura de termo de entrega ou comprovante equivalente, momento em que a CONTRATANTE declara ter recebido o bebedouro em conformidade com as especificações contratadas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E MULTAS:

7.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação direta ou prestar declaração falsa durante a processo ou a execução do contrato;
- i) fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado responsável pelas infrações administrativas previstas neste Contrato as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;

7.3. Além das penalidades constantes das normas legais, a contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a ampla defesa, as seguintes penalidades de multa:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor total do contrato, limitada a 30%, para qualquer infração descrita acima;
- b) impedimento da responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- c) impedimento da responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos até 6 (seis) anos.

7.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei;

7.5. As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, a critério do Município, admitida sua reiteração.

7.6. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

“É Bom Viver Aqui”



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

7.7. Das Penalidades Do Município:

a) No caso de atraso imotivado do pagamento do valor ajustado, o Município, sofrerá multa de 1% (um por cento) sobre o valor não pago.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1.1. Do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pelos bebedouro(s) adquiridos nos prazos e condições estabelecidos neste contrato.

b) Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias quanto ao local de entrega, bem como condições para instalação, quando aplicável.

c) Receber e conferir o(s) produto(s) no ato da entrega, verificando sua conformidade com as especificações do Termo de Referência.

d) Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade, defeito ou desconformidade constatada no(s) bebedouro(s), para fins de substituição ou acionamento da garantia.

8.1.2. Da CONTRATADA:

a) Fornecer o bebedouro conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência, observando as normas técnicas e legislação vigente.

b) Entregar o produto em perfeitas condições de uso, devidamente embalado e acompanhado de manual e certificado de garantia.

c) Substituir, no prazo estipulado pela Administração, qualquer produto que apresente defeito, vício ou desconformidade com o objeto contratado, sem ônus ao CONTRATANTE.

d) Cumprir os prazos de entrega estabelecidos, informando imediatamente o CONTRATANTE em caso de eventual necessidade de prorrogação.

e) Manter o CONTRATANTE informado sobre o andamento do fornecimento e eventuais intercorrências.

f) Responsabilizar-se por danos causados durante o transporte e entrega do produto até o local indicado pelo CONTRATANTE.

g) Conceder garantia mínima conforme previsto neste contrato e no Termo de Referência.

h) Prestar, quando aplicável, suporte técnico e orientações quanto ao uso adequado do(s) bebedouro(s).

9. CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, Art. 137 da Lei 14/133/2021, nos seguintes casos, formalmente motivado nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contratuais;

b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) razões de interesse público;

g) judicialmente nos termos da legislação processual.

9.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

a) supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação

“É Bom Viver Aqui”



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei;

b) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

c) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização;

d) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de serviços;

9.3. As hipóteses de extinção, não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído e assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 a Lei 14.133.

9.4. A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

9.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

9.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas, as seguintes consequências:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA VERBA ORÇAMENTÁRIA:

10.1 As despesas geradas por este contrato, correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

0502.10.301.0107.1014.44905200000000.1500.0.9268.1 EQUIPAMENTOS E.

0504.10.303.0107.1198.44905200000000.2632.0.20894.9 EQUIPAMENTOS E.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. A interpretação do presente instrumento fica condicionada ao disposto nas normas gerais de Direito Público vigentes, principalmente a Lei 14.133/2021.

11.2. Toda e qualquer modificação desse instrumento somente poderão ser realizadas mediante aditamento, desde que observadas as disposições legais pertinentes.

11.3. O Contratado assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente contrato, sejam de natureza, trabalhista, civil, fiscal, previdenciária ou comercial, inexistindo qualquer solidariedade do

“É Bom Viver Aqui”

Av. Jorge Müller, 1.075, CEP 99.525-000, CNPJ: 94.704.020/0001-97 Fone: (54) 3377 1800 – E-mail: administracao@santoantoniodoplanalto.rs.gov.br

Salve uma vida: doe sangue, doe órgãos e diga não às drogas - Lei Municipal nº 1.093/2011.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

Contratante relativamente a esses encargos ou a eventuais prejuízos causados a terceiros pelos sócios, empregados ou prepostos do Contratado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1. É eleito o Foro Legal da Comarca de Carazinho/RS, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente.

E por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, o qual, após lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE, CONTRATADA e testemunhas se for o caso.

SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO, RS, 29 DE MAIO DE 2026.

CONTRATANTE
VILSON ALTMANN

Prefeito Municipal

CONTRATADO
J. MICHEL DOS SANTOS BUENO
LTDA

“É Bom Viver Aqui”